



**AJS Prestação de Serviços Ltda-ME.**

CNPJ: 07.444.187/0001-61

# **ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA**

**AJS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA-ME.**

Rua Jorge Lima, 06 Sala 104 - Centro - Mesquita  
Rio de Janeiro - CEP: 26.551-230

TELEFAX: (21) 2697-7202  
contato.aisservicos@gmail.com

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para fins, que a empresa **AJS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI – ME**, inscrita no CNPJ: **07.444.187/0001-61**, estabelecida na Rua Jorge Lima, nº 6 – Sala 104 – Parte I – Centro – Mesquita – RJ – CEP: 26.551, a qual Presta de modo satisfatório os serviços continuados de mão de obra de **TELEMARKETING** para o exercício da função, utilizando funcionários devidamente treinados para desempenharem suas funções; Outrossim, nada consta em nossos arquivos, que desabone a capacidade técnica e operacional na prestação dos serviços contratados.

### 1. DADOS DO CONTRATO PRT nº 01/2015.

Contratante: **SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP - SECRETARIA-GERAL – SEGER - COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO – COATE**

CNPJ: **42.354.068/0001-19**

Endereço: **Av. Presidente Vargas, 730 - Subsolo**

Vigência Inicial: **11/01/2016 A 10/01/2017.**

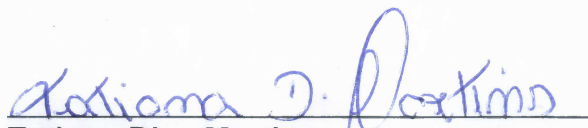

Valor Mensal do Contrato: **R\$: 306.898,20 (Trezentos e seis mil, oitocentos e noventa e oito reais e vinte centavos)**

### 2. EFETIVO:

01 (um) Posto de Referência: Contrato nº. 001/2016 - 09 (Nove) postos de serviço para teleatendimento receptivo (Call Center), nas dependências da Superintendência de Seguros Privados – Susep, conforme condições e especificações constantes deste Termo de Referência e seus anexos, de segunda a sexta-feira, em horário a ser definido de acordo com necessidade e conveniência da Instituição e os limites estabelecidos na legislação trabalhista e na convenção coletiva da categoria, respeitada a **jornada semanal de 30 horas.**

..

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2016.

  
**Tatiana Dias Martins**  
CPF. 140.596.687-45  
**NEWTON MARQUES**  
RG. 05919348-2/IFP

**Coordenadora Administradora**

Telefone de contato do atestante: (021) 3233-4016

Av. Presidente Vargas, 730 | Centro | Rio de Janeiro - RJ | CEP 20071-900  
Tel: (21) 3233-4103 | [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br)

**Cargo: Chefe da SUSEP/SEATE**





Ministério da Fazenda

**SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**



**Contrato para prestação de serviços de implantação, operação e gestão dos serviços de teleatendimento que fazem entre si a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e a AJS Prestação de Serviços EIRELI - ME.**

A **Superintendência de Seguros Privados - SUSEP**, Autarquia Federal, ao Ministério da Fazenda, inscrita no CNPJ – MF sob o nº 42.354.068/0001-19, situada na Avenida Presidente Vargas, nº 730, Centro - Rio de Janeiro - RJ neste ato representada pela Coordenadora Geral de Administração, Sra. **Inês Tavares**, brasileira, divorciada, portadora do documento de identidade nº 03.862.897-0, expedido pelo DIC/RJ e inscrita no CPF – MF sob o nº 532.098.187-20, consoante delegação de competência conferida pela **Portaria SUSEP nº 1, de 28 de janeiro de 2010**, doravante denominada **CONTRATANTE** e a **AJS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI - ME**, inscrita no CNPJ – MF sob o nº 07.444.187/0001-61, situada na Rua Jorge Lima nº 06, sala 104, Centro, Mesquita, RJ, CEP 26.551-230, neste ato representada pela Sra. Tatiana Dias Martins, brasileira, solteira, portadora do documento de identidade nº 26.614.493-0, expedido pelo Detran/RJ e inscrita no CPF – MF sob o nº 140.596.687-45, doravante denominada **CONTRATADA**, ajustam entre si e celebram o presente Contrato, nos termos do Pregão Eletrônico nº 033/2015, em conformidade com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e suas respectivas alterações, aplicando subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, as demais normas complementares, e do que consta do Processo SUSEP nº 15414.004506/2015-98, mediante as condições inseridas nas cláusulas seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Contrato tem por objeto a Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço de teleatendimento receptivo (*Call Center*), com o fornecimento de postos de serviço, nas dependências da Superintendência de Seguros Privados – Susep, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência COATE nº 03/2015 e seus anexos.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

A vigência do presente Contrato terá duração de 12 meses, contados a partir de 11 de janeiro de 2016, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses, de acordo com o inciso II do art. 57, da Lei nº 8.666/1993.







**Ministério da Fazenda**

**SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**

**Parágrafo primeiro.** A **CONTRATANTE** deverá realizar negociação contratual para a redução dos custos do Contrato.

**Parágrafo segundo.** Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis (equipamentos e infra-estrutura necessários à execução dos serviços) já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação, deverão ser eliminados como condição para a renovação.

**Parágrafo terceiro.** A prorrogação do prazo de vigência do Contrato será precedida de pesquisa para que se verifique se as condições oferecidas pela **CONTRATADA** continuam vantajosas para a **CONTRATANTE**.

**Parágrafo quarto.** Os valores de contratação ao longo do tempo e a cada prorrogação serão iguais ou inferiores aos limites estabelecidos em ato normativo da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MP.

a) Se os valores forem superiores aos fixados pela SLTI/MP, caberá negociação objetivando a redução de preços de modo a viabilizar economicamente as prorrogações de contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS**

A **CONTRATADA** executará o objeto no período, local e forma estipulados no item 3 – Do Serviço de Teleatendimento, com a disponibilização de equipamento especificado no item 5 – Equipamentos para Execução do Serviço, ambos constantes no Termo de Referência COATE 02/2014.

**Parágrafo primeiro.** Para a execução dos serviços, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar o quantitativo de postos, conforme quadro a seguir, que desempenharão as respectivas funções definidas no item 4 – Do Quantitativo e Descrição de Mão de Obra do Termo de Referência COATE 03/2015.

<b>FUNÇÃO</b>	<b>QUANTITATIVOS DE POSTOS</b>	<b>ESCOLARIDADE MÍNIMA</b>
<b>Teleatendente</b>	<b>9 postos <u>com uniforme</u></b>	Ensino médio completo e 6 meses de experiência comprovados em carteira.

**Parágrafo segundo.** Os serviços, objeto do Termo de Referência COATE 03/2015, serão executados pela **CONTRATADA**, obedecendo ao disposto no respectivo instrumento convocatório e seus anexos, nas Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, nos Decretos nº 5.450/05 e nº 2.271/97, na IN SLTI/MPOG nº02/08 08 e suas alterações posteriores, e demais normas legais e regulamentares pertinentes.







**Ministério da Fazenda**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

*Compete à CONTRATADA, além da observância das demais obrigações estabelecidas nas demais cláusulas deste Contrato:*

- a) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, e efetuar-los de acordo com as especificações constantes do contrato.
- b) Iniciar a prestação dos serviços imediatamente após recebida a autorização da Administração, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ao início da sua execução.
- c) Cumprir horários e periodicidade para a execução dos serviços fixados pela Administração, segundo suas conveniências e em consonância com a fiscalização do contrato.
- d) Arcar com todos os custos necessários à completa execução dos serviços.
- e) Informar aos seus empregados da proibição de retirarem-se dos prédios ou instalações da contratante portando volumes ou objetos, sem a devida autorização da fiscalização do contrato.
- f) Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas CTPS;
- g) Manter a disciplina nos locais dos serviços, retirando, no prazo máximo de vinte e quatro horas após a notificação, qualquer empregado cuja conduta seja tida como inconveniente pela Administração;
- h) Nomear elemento (preposto), aceito pela Administração, no local de prestação dos serviços, para orientar a execução dos serviços, bem como manter contato com o fiscal da contratante, solicitando as providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações, recebendo as reclamações daquela e, por consequência, tomando todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas, conforme art. 68 da Lei nº 8.666/93.
- i) Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso e substituir os danificados em até vinte e quatro horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;
- j) Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Administração;
- k) Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços;
- l) Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;
- m) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;
- n) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal ou distrital, as normas de segurança da Administração;
- o) Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;







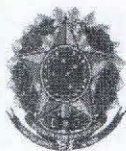
**Ministério da Fazenda**

**SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**

- p) Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, efetuando a reposição imediata da mão de obra em caso de ausência ou greve da categoria, através de esquema de emergência.
- q) Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;
- r) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância das recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- s) Adotar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;
- t) Não repassar os custos dos equipamentos aos seus empregados;
- u) Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados, à contratante e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, nos locais de trabalho.
- v) Ressarcir o valor correspondente aos danos causados em bens de propriedade da contratante, o qual será calculado de acordo com o preço de mercado e recolhido por depósito em favor da contratante através de Guia de Recolhimento da União - GRU no prazo máximo de cinco dias úteis a partir da notificação, garantida previamente ampla defesa e contraditório. Se o valor dos danos não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado da garantia e, se necessário, do pagamento a que a contratada fizer jus. Em caso de saldo insuficiente, o valor complementar será cobrado administrativa e/ou judicialmente. A reparação dos danos causados em bens de propriedade de terceiros deverá ser efetuada aos mesmos, no prazo de cinco dias úteis contados do recebimento da notificação.
- w) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto do contrato, e ensejará a rescisão do contrato, caso a contratada, uma vez notificada para regularizar as pendências, permaneça inadimplente;
- x) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- y) Efetuar, conforme o disposto no art. 19-A, inciso III, da IN SLTI/MPOG nº 2/08, o pagamento dos salários dos seus empregados, utilizados diretamente na prestação dos serviços contratados, via depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Administração.
- z) Fornecer, juntamente com os documentos que acompanham a fatura mensal, todos os dados necessários para que a contratante possa viabilizar os depósitos previstos nos incisos II e IV do art. 19-A da IN SLTI/MPOG nº 2/08, tais como os dados bancários (banco, agência, conta corrente e conta vinculada) e os pessoais de seus trabalhadores diretamente vinculados à execução do contrato (nomes, nº do CPF) bem como comprovar o cumprimento, dentre outras, das seguintes obrigações trabalhistas e sociais:
- aa) Regularidade para com a Seguridade Social, conforme dispõe o artigo 195, § 3º da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual, por meio dos seguintes documentos:
- bb) Cópia do protocolo de envio de arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP).
- cc) Cópia do Comprovante de Declaração à Previdência.







**Ministério da Fazenda**

**SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**

- dd) Cópia da Guia da Previdência Social (GPS), com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet.
- ee) Cópia da relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP (RE).
- ff) Recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior, conforme estabelecido no instrumento convocatório, por meio dos seguintes documentos:
- gg) Cópia do protocolo de envio de arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP).
- hh) Cópia do protocolo de envio de arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP).
- ii) Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet.
- jj) Cópia da relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP (RE).
- kk) Pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior
- ll) Fornecimento de auxílio-transporte, por meio de Bilhete Único, e auxílio-alimentação nos prazos estabelecidos pelas normas trabalhistas.
- mm) Pagamento do 13º salário.
- nn) Concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da lei.
- oo) Realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso.
- pp) Eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei.
- qq) Encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e a CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).
- rr) Cumprimento das obrigações contidas em acordo coletivo, convenção coletiva ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho.
- ss) Cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) em relação aos empregados vinculados ao contrato.
- tt) Realização de todas as devidas anotações nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social – CTPS – conforme a solicitação da fiscalização do contrato.
- uu) Utilização de folhas de ponto dos empregados, por ponto eletrônico ou por meio que não seja padronizado, em consonância com a Súmula nº 338/TST.
- vv) Respeito às estabilidade provisórias de seus empregados (cipeiro, gestante, estabilidade acidentária).
- ww) Comprovar, quando da rescisão contratual, o pagamento das verbas rescisórias ou que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
- xx) Até que a contratada faça tal comprovação, a contratante reterá a garantia prestada, podendo ainda utilizá-la para o pagamento direto aos trabalhadores no caso da empresa não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual, conforme previsto no § único do art. 35 da IN SLTI/MPOG nº 2/08.
- yy) Apresentar garantia que cubra no mínimo a eventual aplicação de sanção de multa, bem como o inadimplemento dos encargos sociais e trabalhistas, conforme disciplinado no edital da licitação.
- zz) Viabilizar, no prazo de 60 dias, contados do início da prestação dos serviços, a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados.







**Ministério da Fazenda**

**SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**

- aaa) Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de recolhimento sempre que solicitado pela fiscalização.
- bbb) Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado.
- ccc) Relatar à fiscalização do contrato toda e qualquer irregularidade observada nas instalações onde houver prestação dos serviços.
- ddd) Atender prontamente as exigências da Administração inerentes ao objeto do contrato; e
- eee) Fornecer, sempre que solicitada pela **CONTRATANTE**, listagem contendo nome completo, CPF, cargo ou atividade exercida, lotação e local de exercício dos empregados envolvidos na execução contratual.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

##### ***Compete à CONTRATANTE:***

- a) Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços demandados e realizados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências convencionadas no Contrato a ser firmado;
- b) Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para execução dos serviços referentes ao objeto deste Termo de Referência;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;
- d) Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho, na forma prevista na Lei nº 8666/93;
- e) Relacionar as dependências das instalações físicas, bem como os bens de sua propriedade colocados a disposição da CONTRATADA durante a execução dos serviços, com a indicação do estado de conservação;
- f) Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços;
- g) Especificar e estabelecer diretrizes para aceitação dos serviços executados pela CONTRATADA;
- h) Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- i) Autorizar a devolução da garantia à CONTRATADA após o término do contrato.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO**

A **CONTRATANTE** exercerá através da SEGER/COATE e de servidor designado pela chefia, a fiscalização dos serviços, observando o fiel cumprimento do Termo de Referência COATE nº 03/2015, da Instrução Normativa MP/SLTI nº 02/2008, e de suas alterações posteriores, das Normas Internas e do disposto neste Contrato, na forma do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

**Parágrafo primeiro.** A fiscalização de que trata esta Cláusula, não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade da **CONTRATANTE**.







**Ministério da Fazenda**

**SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**

**Parágrafo segundo.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas às autoridades superiores da **CONTRATANTE**, em tempo hábil, para a adoção de medidas cabíveis.

**Parágrafo terceiro.** O acompanhamento e fiscalização desta contratação consistirão na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do mesmo, conforme consta no item 10 do Termo de Referência COATE 03/2015.

**Parágrafo quarto.** A fiscalização do contrato poderá, para fins de realização da verificação mencionada no parágrafo anterior, utilizar-se de quaisquer instrumentos previstos no Edital do Pregão Eletrônico N° 33/2015 e em seus anexos, ou na legislação vigente, notadamente no Anexo IV da IN MPOG nº 02/2008.

**Parágrafo quinto.** A **CONTRATADA** se obriga a cumprir com todos os requisitos referentes à Conta Vinculada a partir do momento em que dispuser dos meios para implementar e gerir a referida conta, após firmar convênio com instituição bancária, devendo:

- a) Firmar termo específico da instituição bancária oficial, quando possível, que permita à **CONTRATANTE** ter acesso a saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização da **CONTRATANTE** no que se refere à conta vinculada prevista no anexo VII da IN SLTI/MPOG 02/2008;
- b) Autorizar a retenção na fatura e o depósito direto dos valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores da **CONTRATADA**, observada a legislação específica;
- c) Autorizar o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da **CONTRATADA**, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA**

Para assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais, será exigida a prestação de garantia no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, a critério da **CONTRATANTE**, contados da data da notificação da **CONTRATADA**, na forma do disposto nos §§ 1º e 2º, do art. 56, da Lei nº 8.666/1993 e na Instrução Normativa MP nº 02/2008 e suas alterações posteriores, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

**Parágrafo primeiro.** Nas contratações de serviços continuados com uso intensivo de mão de obra com dedicação exclusiva, a validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 03 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.







Ministério da Fazenda

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

**Parágrafo segundo.** A garantia prestada poderá responder por multas eventualmente aplicadas à **CONTRATADA** ou reverter-se em favor da **CONTRATANTE**, nos casos de prejuízos causados por culpa da **CONTRATADA**.

**Parágrafo terceiro.** Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, a **CONTRATADA** deverá proceder à respectiva reposição, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que for notificada pela **CONTRATANTE**, mediante ofício entregue contra recibo.

**Parágrafo quarto.** A importância referente à garantia deverá ser complementada pela **CONTRATADA**, caso venha a ocorrer algum acréscimo do valor do Contrato ou renovada no caso de vencimento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que foi notificada pela **CONTRATANTE**, prevalecendo o mesmo percentual.

**Parágrafo quinto.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor da **CONTRATANTE**.

**Parágrafo sexto.** A garantia na modalidade seguro garantia somente será aceita se contemplar os eventos indicados nos itens do parágrafo seguinte.

**Parágrafo sétimo.** A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.

**Parágrafo oitavo.** Após a execução deste contrato, a **CONTRATANTE** verificará o pagamento das verbas rescisórias decorrentes desta contratação, ou a realocação dos empregados da **CONTRATADA** em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção dos respectivos contratos de trabalho.

**Parágrafo nono.** Caso a **CONTRATADA** não logre efetuar uma das comprovações indicadas no **parágrafo sexto** desta Cláusula até o fim do 2º (segundo) mês após o encerramento da vigência contratual, a **CONTRATANTE** poderá utilizar o valor da garantia prestada e dos valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução contratual, conforme arts. 19-A e 35 da Instrução Normativa MP nº 02/2008 e suas alterações posteriores.

**Parágrafo dez.** A garantia será considerada extinta:

a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da **CONTRATANTE**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato; e







**Ministério da Fazenda**

**SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**

b) no prazo de 3 (três) meses após o término da vigência do contrato, caso a **CONTRATANTE** não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO**

O preço dos serviços contratados corresponde à importância mensal de **R\$ 25.574,85 (vinte e cinco mil, quinhentos e setenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos)**.

#### **CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

O recurso orçamentário destinado a atender as despesas decorrentes deste Contrato corresponde ao valor total de **R\$ 306.898,20 (trezentos e seis mil, oitocentos e noventa e oito reais e vinte centavos)** para o período de 12 (doze) meses, correndo R\$ 302.652,77 (trezentos e dois mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e setenta e sete centavos) por conta da dotação orçamentária consignada à **CONTRATANTE**, no exercício financeiro de 2016, pelo programa de trabalho 04122211020000001, na categoria econômica 339037, conforme Nota de Empenho 2016NE800003 e R\$ 4.245,43 (quatro mil, duzentos e quarenta e cinco reais e quarenta e três centavos) a ser empenhado no exercício seguinte.

**Parágrafo único.** Em caso de prorrogação deste Contrato, as despesas para os exercícios subseqüentes estarão submetidas à previsão orçamentária própria a ser consignada à **CONTRATANTE** na Lei Orçamentária da União.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO**

Em contraprestação aos serviços prestados, o pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** em parcelas mensais e em moeda corrente nacional, por meio de ordem bancária e crédito em conta corrente, em até **10 (dez)** dias úteis, após a data do atesto na nota fiscal/fatura pelo fiscal do Contrato, se a mesma, devidamente discriminada e acompanhada de todos os documentos necessários ao pagamento, for entregue no Protocolo da **CONTRATANTE** até o **5º (quinto) dia útil** do mês subseqüente ao vencido e atestada pelo Fiscal do Contrato. Caso não seja respeitado este prazo pela **CONTRATADA**, o pagamento será realizado em até **10 (dez)** dias úteis contados da data do atesto na nota fiscal/fatura pelo fiscal do Contrato.

**Parágrafo primeiro.** Ocorrendo devolução da nota fiscal/fatura, por incorreções atribuídas à **CONTRATADA**, a contagem do prazo iniciar-se-á a partir da data do atesto do fiscal do Contrato na nova nota fiscal/fatura, corrigida e sem rasuras.

**Parágrafo segundo.** O pagamento está condicionado à apresentação dos documentos ou relatórios constantes no item 11 do Termo de Referência COATE 03/2015 e







**Ministério da Fazenda**

**SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**

da nota fiscal/fatura, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados, correspondente aos serviços prestados devidamente atestada por servidor da área fiscalizadora.

**Parágrafo terceiro.** Não será considerada retenção de pagamento quando este deixar de ocorrer em razão da não apresentação de todos os documentos/comprovações relacionados no item 11 Termo de Referência COATE 03/2015, vez que o prazo para o pagamento somente começa a correr após a apresentação dos mesmos, para cumprimento do disposto no § 1º do art. 36 da IN SLTI nº 2/2008 e § 3º do art. 40 da Lei nº 8.666/93.

**Parágrafo quarto.** Não será pago o valor relativo aos dias não trabalhados pelo empregado, bem como os encargos que venham a incidir sobre este valor no caso de não cobertura.

**Parágrafo quinto.** Previamente à contratação e antes de cada pagamento, será emitida, através de consulta "on line", certidão que comprove a regularidade da situação da empresa junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

**Parágrafo sexto.** Conforme decidido no âmbito do Acórdão nº 1.054/2012 – Plenário do Tribunal de Contas da União a **CONTRATANTE** exigirá, por ocasião de cada ato de pagamento, a apresentação da devida certidão negativa de débitos trabalhistas, de modo a dar efetivo cumprimento às disposições constantes dos artigos 27, IV, 29, V, e 55, XIII, da Lei nº 8.666/1993, c/c os artigos 1º e 4º da Lei nº 12.440/2011.

**Parágrafo sétimo.** O pagamento poderá ser realizado ainda que constatada irregularidade fiscal (SICAF) ou trabalhista (CNDT). Neste caso, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da **CONTRATADA** de corrigir a situação, a **CONTRATANTE** concederá um prazo de 10 (dez) dias, prorrogável por igual período por solicitação da **CONTRATADA**, para regularização, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções de multa e de impedimento de licitar e contratar com a União por até 5 (cinco) anos.

**Parágrafo oitavo.** Caso a **CONTRATADA** não comprove o recolhimento das contribuições devidas à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, relativas aos empregados envolvidos na prestação de serviços no âmbito deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá reter os valores relativos a essas contribuições.

**Parágrafo nono.** Será feita retenção dos tributos exigíveis pela legislação vigente, exceto se a **CONTRATADA** tiver optado pelo SIMPLES, hipótese em que deverá comprovar tal condição mediante fornecimento de cópia do respectivo termo de opção, desde que esta opção não seja vedada pelo art. 17 da Lei Complementar nº 123/2006. Será aplicado o percentual constante da tabela de retenção da Instrução Normativa nº 480/2004, da Secretaria da Receita Federal ou a que vier a substituí-la.

**Parágrafo dez.** O número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, indicado na nota fiscal/fatura, deverá coincidir com o apresentado na proposta da **CONTRATADA**, o qual será utilizado para consulta ao SICAF, bem como para emissão de notas de empenho.

**Parágrafo onze.** A **CONTRATADA** não poderá interromper a execução dos serviços em função de pendências referentes às suas responsabilidades contidas nesta Cláusula.







**Ministério da Fazenda**

**SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**

*Parágrafo doze.* Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela **CONTRATANTE**, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da fatura, serão estipulados mediante acordo entre as partes ou na forma do disposto no § 4º, art. 36 da Instrução Normativa MP/SLTI nº 02/2008.

*Parágrafo treze.* As multas e retenções que porventura existam poderão ser, a critério da **CONTRATANTE**, deduzidas no próprio valor a ser pago ou da garantia do contrato.





Ministério da Fazenda

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REPACTUAÇÃO**

O valor contratual acima poderá ser repactuado, desde que sejam observados os prazos e condições estipulados no Decreto nº 2.271/1997 e na Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2008 e suas alterações posteriores.

**Parágrafo primeiro.** Os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em convenção, acordo coletivo ou em decorrência de lei.

**Parágrafo segundo.** Advindo prazo legal para repactuação do Contrato, caberá à **CONTRATADA** apresentar a formalização do pedido de repactuação, acompanhado da demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do Contrato, bem como do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, contendo o nº de registro no MTE, de acordo com a planilha inicialmente apresentada, devidamente justificada, efetuando os cálculos e submetendo-os à aprovação da **CONTRATANTE**.

- a) A documentação integrante do pedido de repactuação deverá ser protocolizada pela **CONTRATADA** no endereço da **CONTRATANTE**, aos cuidados do Fiscal do Contrato.
- b) O documento principal do pedido deverá apresentar justificativa para cada item da planilha de custos e formação de preços que tiver sofrido variação, apontando em cada caso o respaldo em dispositivo legal ou em cláusula do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.
- c) Além da via impressa protocolizada, a planilha de custos e formação de preços deverá ser enviada, em formato XLS, contendo as fórmulas de cálculo, por correio eletrônico para o endereço do Fiscal do Contrato.
- d) No caso de mudança de enquadramento tributário, a documentação deve conter comprovação de que a **CONTRATADA** sofreu reenquadramento, observando o período abrangido pelo pedido de repactuação, e os dispositivos legais demonstrando as novas alíquotas.

**Parágrafo terceiro.** Fica vedada a indexação por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação de custos.

**Parágrafo quarto.** Autorizada a repactuação pela **CONTRATANTE**, o pagamento da diferença entre o valor repactuado e o anteriormente praticado, relativo aos serviços já prestados, será efetuado mediante a apresentação de fatura distinta da apresentada mensalmente.

**Parágrafo quinto.** A alteração dos insumos da planilha de custos e formação de preços decorrente de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho somente poderá ser objeto de pedido de repactuação contratual, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, como capaz de ensejar a revisão contratual, para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, antes do vencimento do prazo constante no *caput* desta Cláusula.

**Parágrafo sexto.** O prazo para a **CONTRATADA** solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção







Ministério da Fazenda

**SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**

coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

**Parágrafo sétimo.** Caso a **CONTRATADA** não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo fixado no parágrafo anterior, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

**Parágrafo oitavo.** Na hipótese em que as negociações para a celebração do acordo ou convenção de trabalho, ou solução do dissídio coletivo eventualmente instaurado, se prolonguem por algum tempo após a data-base da categoria profissional abrangida por este Contrato e, nesse intervalo, a **CONTRATANTE** convoque a **CONTRATADA** para uma prorrogação contratual, será obrigação da **CONTRATADA** informar quanto à situação e solicitar formalmente que o seu direito à repactuação seja resguardado, sob pena de, perante omissão da **CONTRATADA** quanto à necessidade da repactuação, ter extinto seu direito por preclusão lógica.

**Parágrafo nono.** A **CONTRATANTE** poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela **CONTRATADA**.

**Parágrafo dez.** Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

**Parágrafo onze.** É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

**Parágrafo doze.** A **CONTRATANTE** não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

O não cumprimento total ou parcial das obrigações assumidas na forma e nos prazos estabelecidos sujeitará a **CONTRATADA** às penalidades constantes do art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de junho de 2002 c/c o art. 28 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, garantida prévia defesa, devendo ser observadas as regras constantes do item 16 do Termo de Referência **COATE nº 03/2015**.

**Parágrafo primeiro.** Em caso de inexecução do Contrato, erro na execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes sanções administrativas, que poderão ser cumuladas, conforme a espécie de falta cometida, sendo também possível desde logo a aplicação da penalidade mais rigorosa, em vista da gravidade da conduta e dos prejuízos dela decorrentes:

a) Atraso na entrega da garantia contratual:







**Ministério da Fazenda**

**SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**

- a.1) Multa de 0,07% ao dia, respeitado o limite de 2% do valor total do Contrato, nos casos de atraso da entrega da garantia contratual, conforme estabelecido no item 15, até que a **CONTRATADA** dê solução à inexecução do avençado ou até a rescisão contratual, quando for o caso.
- b) Atraso no fornecimento dos uniformes:
- b.1) Multa de 1% do valor mensal do Contrato, no caso de atraso de até 5 dias úteis;
- b.2) Multa de 2% do valor mensal do Contrato, no caso de atrasos entre 6 a 10 dias úteis;
- b.3) Multa de 3% do valor mensal do Contrato, no caso de atrasos entre 11 a 15 dias úteis;
- b.4) Multa de 4% do valor mensal do Contrato, no caso de atrasos entre 16 a 30 dias úteis; ou
- b.5) Multa de 5% do valor mensal do Contrato, no caso de atrasos maiores do que 1 (um) mês.
- c) Atraso na entrega da Nota Fiscal ou Fatura:
- c.1) Multa diária, contada a partir do 6º dia útil do mês subsequente da prestação do serviço, de até 0,2%, limitada a 20% do valor mensal do Contrato, a ser aplicada no caso de não regularização em até 30 (trinta) dias após o quinto dia útil ao mês subsequente da prestação do serviço; e
- c.2) Em caso de reincidência do subitem anterior em prazo inferior a 12 (doze) meses, multa de 20% do valor mensal do Contrato.
- d) Reincidência na não disponibilização de cobertura de faltas para os postos contratados:
- d.1) Multa de 1% do valor mensal do Contrato no caso de atraso de até 5 dias úteis;
- d.2) Multa de 2% do valor mensal do Contrato no caso de atrasos entre 6 a 10 dias úteis;
- d.3) Multa de 3% do valor mensal do Contrato no caso de atrasos entre 11 a 15 dias úteis;
- d.4) Multa de 4% do valor mensal do Contrato no caso de atrasos superiores a 16 dias úteis; ou
- d.5) Multa de 5% do valor mensal do Contrato no caso de atrasos maiores do que 1 (um) mês.
- e) Atraso no fornecimento de Vale Transporte e Vale Alimentação:
- e.1) Multa de 1% a 3% do valor mensal do Contrato, caso o valor não seja disponibilizado aos colaboradores no prazo legal; e
- e.2) Multa de 3% a 6% do valor mensal do Contrato no caso de reincidência no mês imediatamente posterior ao mês de aplicação da sanção do item anterior.
- e.3) Multa de 1% a 5% do valor mensal do Contrato no caso de não envio da Documentação obrigatória de comprovação do pagamento da remuneração, das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social) e do cumprimento das obrigações trabalhistas correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida em até 10 (dez) dias após a solicitação do gestor
- f) Atraso no pagamento de salários:
- f.1) Multa de 0,2% do valor total do Contrato por dia de atraso, limitado a 10% do valor total do Contrato; e
- f.2) Multa de 5% a 10% do valor total do Contrato e rescisão contratual.
- f.3) Rescisão unilateral do Contrato.
- g) Descumprimento dos prazos de atendimento definidos no objeto da contratação:
- g.1) Multa de até 1% a 5% do valor mensal do Contrato a cada ocorrência;







**Ministério da Fazenda**

**SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**

- g.2) Multa de 5% a 10% do valor mensal do Contrato no caso de atrasos maiores do que 1 (um) mês;
- g.3) Rescisão unilateral do Contrato pela Contratante;
- g.4) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios por até 5 (cinco) anos, com o descredenciamento no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, na 3ª reincidência num período de até 12 (doze) meses;
- h) Atraso Injustificado para início do Contrato:
  - h.1) Multa de 1% do valor mensal fixo do Contrato por dia de atraso, limitado a 10% do mesmo valor;
  - h.2) Rescisão unilateral do Contrato pela CONTRATANTE; e
  - h.3) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios por até 5 (cinco) anos e descredenciamento no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02.
- i) Descontinuação na prestação do serviço, retardamento da execução do objeto, fraude na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, cometimento de fraude fiscal ou não manutenção da proposta:
  - i.1) Multa de até 10% do valor total do Contrato;
  - i.2) Rescisão unilateral do Contrato pela CONTRATANTE; e
  - i.3) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios por até 5 (cinco) anos e descredenciamento no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02.
- j) Hipóteses não elencadas nos demais itens desta cláusula ensejarão a aplicação de penalidade de:
  - j.1) Multa diária de 0,2% do valor mensal do Contrato, limitada a 20% do valor total do Contrato; ou
  - j.2) Multa única, no valor de 1% a 10% do valor do Contrato, conforme a gravidade e os prejuízos oriundos da falta cometida;
  - j.3) Rescisão unilateral do Contrato; e
- k) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios por até 5 (cinco) anos e descredenciamento no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02.

**Parágrafo segundo.** A caracterização de inexecução parcial ou total do Contrato não decorrerá unicamente das hipóteses exemplificativas previstas nas alíneas do parágrafo primeiro deste artigo, devendo, em todo, caso, ser justificado o enquadramento por parte dos responsáveis pela fiscalização do Contrato.

**Parágrafo terceiro.** As penalidades poderão ser combinadas e não há necessidade de primeiro serem aplicadas penas mais brandas, podendo a **CONTRATANTE**, dependendo do ocorrido e justificada a inobservância da ordem de aplicação prevista dentro de cada alínea do parágrafo primeiro desta cláusula, aplicar diretamente as penalidades mais graves, tal como o Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos, e,







**Ministério da Fazenda**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**

descredenciamento no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/2002.

**Parágrafo quarto.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e, no caso de impedimento de licitar, a LICITANTE deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

**Parágrafo quinto.** As multas aplicadas poderão ser descontadas da garantia prevista no contrato, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, recolhidas à conta Única do Tesouro Nacional em favor da Susep ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**Parágrafo sexto.** As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a empresa contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à Susep, decorrentes das infrações cometidas.

**Parágrafo sétimo.** No processo de aplicação de sanções, será sempre assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**Parágrafo oitavo.** Mesmo em caso de rescisão, será aplicada a penalidade cabível.

**Parágrafo nono.** A data de vencimento de multa aplicada em última instância ou de cuja aplicação não venha a ser apresentado recurso será o último dia útil do mês em que ocorrer a assinatura da correspondência de notificação da sua aplicação ou da decisão em última instância ou, caso já ultrapassado o dia 20 do mês, será o dia 15 do mês subsequente à data de assinatura da correspondência.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO**

O Contrato poderá ser rescindido por inadimplemento de suas cláusulas ou quando verificados os fatos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/1993, observadas as disposições contidas nos arts. 79 e 80 da referida Lei, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**Parágrafo primeiro.** Ocorrendo a rescisão, por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, além das penalidades administrativas cabíveis, esta responderá por perdas e danos e demais cominações legais.

**Parágrafo segundo.** O Contrato também poderá ser rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, por motivo de conveniência da Administração, notificando-se à **CONTRATADA** com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** e, ainda, por acordo entre as partes.

**Parágrafo terceiro.** Em caso de rescisão administrativa por inexecução total ou parcial do Contrato, prevista no art. 77 da Lei nº 8666/1993, a **CONTRATADA** reconhece os direitos da Administração Pública.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**







**Ministério da Fazenda**

**SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**

- a) É vedada a utilização da garantia ou deste Contrato para qualquer operação financeira, bem como a cessão, a subcontratação ou a transferência total ou parcial a terceiros da execução dos serviços contratados, sem o prévio consentimento da **CONTRATANTE**, sob pena da aplicação de sanções e penalidades previstas na Lei 8.666/1993, e conseqüente registro no SICAF.
- b) A **CONTRATANTE** poderá solicitar, a qualquer tempo, quaisquer documentos da **CONTRATADA**, para comprovação de regularidade de situação cadastral ou da contratação dos empregados envolvidos na prestação do serviço e demais documentos considerados pertinentes pela **CONTRATANTE**.
- c) A **CONTRATADA** deverá comunicar a **CONTRATANTE**, imediatamente, qualquer alteração em seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax ou outros dados pertinentes, a fim de serem tomadas as providências cabíveis;
- d) Todas as comunicações referentes à execução dos serviços contratados, inclusive qualquer alteração do estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax ou outros dados pertinentes, serão consideradas como regularmente feitas, se entregues ou remetidas pela **CONTRATADA** através de protocolo, carta registrada ou email com confirmação de recebimento pela **CONTRATANTE**.
- e) Só será permitida a permanência do empregado designado pela **CONTRATADA** nas dependências da **CONTRATANTE**, durante o período em que estiver prestando os serviços.
- f) Caso a **CONTRATADA** não comprove a manutenção das condições de habilitação durante a execução contratual, constituir-se-á inexecução parcial do Contrato, incidindo as sanções cabíveis;
- g) A **CONTRATADA** deverá aceitar os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessários, na forma dos §§ 1º e 2º, do art. 65, da Lei nº 8.666/1993.
- h) A celebração do presente Contrato não acarretará qualquer vínculo empregatício entre a **CONTRATANTE** e os empregados indicados pela **CONTRATADA** para execução dos serviços. Caso a **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, venha a ser notificada ou citada, administrativa ou judicialmente em relação a processos envolvendo obrigações trabalhistas ou previdenciárias pertinentes às relações de emprego, a **CONTRATADA** obriga-se a responder pronta e exclusivamente perante tais reivindicações.
- i) São partes integrantes deste Contrato: o Edital e seus Anexos, bem como a proposta da **CONTRATADA** no que não conflitar com as partes deste Contrato.
- j) A **CONTRATADA** deverá apresentar no seu estatuto social objeto compatível à presente contratação.
- k) A **CONTRATADA** deverá manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com as condições de qualificação e habilitação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 33/2015.







Ministério da Fazenda

**SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, não resolvidas administrativamente, as partes elegem o Juízo Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO**

A **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato deste Instrumento na Imprensa Oficial no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

Rio de Janeiro, 11 de ~~JANEIRO~~ de 2016.

*Inês Tavares*

**Inês Tavares**

**Superintendência de Seguros Privados - SUSEP**

*Tatiana Dias Martins*

**Tatiana Dias Martins**

**AJS Prestação de Serviços EIRELI - ME**

**AJS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI - ME**